

Estudos Brasileiros na Ásia

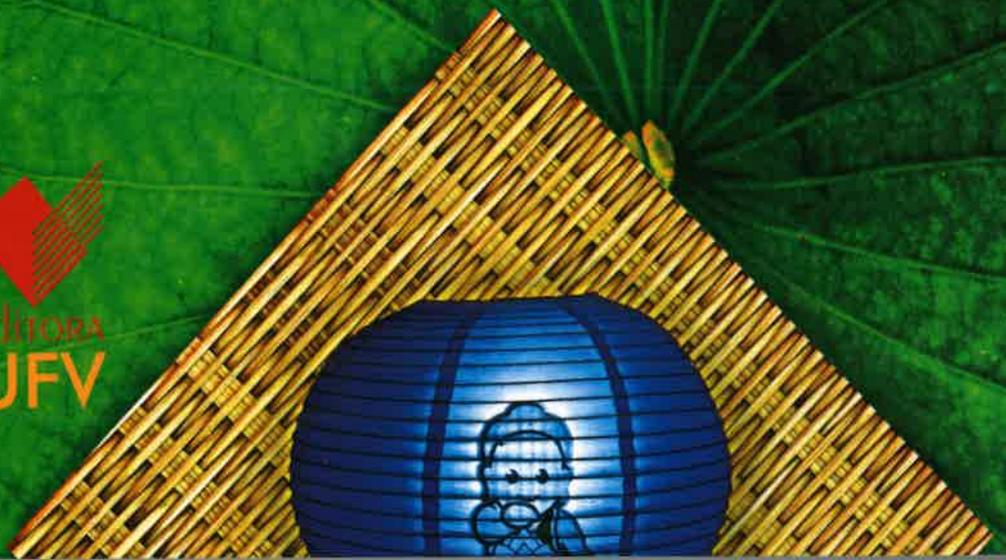
ブラジル研究 브라질 연구 巴西研究 ราชอาณาจักรศึกษา

言語 **LÍNGUA** 언어 語言 语言 ภาษา
文学 문학 **LITERATURA** 文學 วรรณคดี
文化 문화 文化 **CULTURA** วัฒนธรรม

José Carvalho Vanzelli
Idalena Oliveira Chaves
Henrique Gonçalves Teixeira
Editores



editora
UFV



José Carvalho Vanzelli
Idalena Oliveira Chaves
Henrique Gonçalves Teixeira
Editores

Universidade Federal de Viçosa

Reitora Nilda de Fátima Ferreira Soares

Vice-Reitor João Carlos Cardoso Galvão

Pró-Reitor de Extensão e Cultura Clóvis Andrade Neves

Diretora da Editora UFV Daniela Alves de Alves

Conselho Editorial Ítalo Itamar Caixeiro Stephan
(Presidente), Ana Louise de
Carvalho Fiuza, Angelo Adriano
Faria de Assis, Cláudio Lísias Mafra
de Siqueira, Daniela Alves de Alves,
José Carlos da Costa Campos,
Mariana Ramalho Procópio Xavier,
Odemir Vieira Baeta e Silvia
Almeida Cardoso

A Editora UFV é filiada à

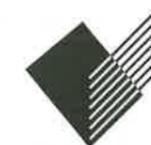


Associação Brasileira das Editoras
Universitárias



Asociación de Editoriales Universitarias de
América Latina y el Caribe

Estudos Brasileiros na Ásia
língua, literatura e cultura



EDITORA
UFV

Universidade Federal de Viçosa
2017

© 2017 by José Carvalho Vanzelli, Idalena Oliveira Chaves e Henrique Gonçalves Teixeira

Direitos de edição reservados à Editora UFV.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, apropriada e estocada, por qualquer forma ou meio, sem autorização escrita e prévia do detentor dos seus direitos de edição.

Impresso no Brasil

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e Classificação da Biblioteca Central da UFV

| | |
|-------------|--|
| E82 2017 | Estudos brasileiros na Ásia : língua, literatura e cultura / Editores José Carvalho Vanzelli, Idalena Oliveira Chaves, Henrique Gonçalves Teixeira. - Viçosa, (MG) : Ed. UFV, 2017. 226 p. il. ; 22 cm. ISBN: 978-85-7269-581-7 Inclui referências. 1. Língua e linguagem. 2. Língua portuguesa - Estudo e ensino. I. Vanzelli, José Carvalho. II. Chaves, Idalena Oliveira. III. Teixeira, Henrique Gonçalves. IV. Título. CDD 22. ed. 410 |
|-------------|--|

Capa: Layout: Henrique Gonçalves Teixeira

Arte final: Miro Saraiva

Revisão linguística: Rosany Aparecida de Souza Portugal

Editoração eletrônica: José Roberto da Silva Lana

Impressão e acabamento: Divisão Gráfica da Editora UFV

- A não citação de fonte em tabelas e figuras indica que os detentores dos seus direitos autorais patrimoniais são os autores de capítulos desta obra.

Editora UFV
Edifício Francisco São José, s/n
Universidade Federal de Viçosa
36570-900 Viçosa, MG, Brasil
Tels. (0xx31) 3899-2220/3139
E-mail: editora@ufv.br

Pedidos
Tel. (0xx31) 3899-2234
Tel./Fax (0xx31) 3899-3113
E-mails: editoraorcamento@ufv.br
editoravendas@ufv.br
Livreria Virtual: www.editoraufv.com.br

Este livro foi impresso em papel offset 90 g/m² (miolo) e cartão supremo 250 g/m² (capa).

Sumário

| | |
|--|-----|
| Apresentação | 7 |
| Prefácio | 13 |
| 1 Vocabulário e Ortografia no Ensino de Português para Coreanos .. | 15 |
| IDALENA OLIVEIRA CHAVES | |
| 2 Nem Ipa nem <i>Hangul</i> : Uma Proposta de Representação Fonética Alternativa para o Ensino de Pronúncia do Português para Coreanos | 31 |
| HENRIQUE GONÇALVES TEIXEIRA | |
| 3 A Situação Atual das Literaturas de Língua Portuguesa na Coreia do Sul | 44 |
| JOSÉ CARVALHO VANZELLI | |
| JI HYUN PARK | |
| 4 Políticas Linguística e Externa Chinesa: O Caso do PLE..... | 67 |
| JULIO REIS JATOBÁ | |
| 5 O “Jeitinho” e o “Guanxi”: Diferenças Culturais entre o Modo Brasileiro e a Forma Chinesa de se Fazer Negócios..... | 89 |
| ÉRIKA ZOELLER VÉRAS | |
| DANIEL BICUDO VÉRAS | |
| 6 Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa nas Universidades Taiwanesas – Visão Panorâmica..... | 114 |
| ISRAEL PAULO DE SOUZA | |

| | |
|--|-----|
| 7 Ensino de Português no Japão: Um Encontro de Culturas | 125 |
| NILTA DIAS | |
| 8 Educação e Ensino: A Realização de um Projeto Intercultural entre Diferentes Cursos de Línguas Estrangeiras | 141 |
| ELISEU PICHINELLI | |
| 9 O Leitorado Financiado pelo Governo Brasileiro para Ensino da Língua Portuguesa na Universidade Chulalongkorn, Tailândia: Relato de Experiência e Estudo da Trajetória | 157 |
| JOÃO BERNARDO FILHO | |
| 10 O Processo de Publicação do Livro <i>Português para Tailandeses/</i> <i>ภาษาไทยสำหรับผู้คนในไทย</i> no Âmbito do Leitorado Brasileiro | 181 |
| LAURA MÁRCIA LUIZA FERREIRA | |
| 11 Desafios e Mediações entre a Literatura Oral e a Literatura Infantojuvenil em Timor-Leste: Relato de Experiência | 199 |
| MÁRCIA V. CAVALCANTE | |
| HÉRICA A. J. DA C. PINHEIRO | |
| Sobre os Autores..... | 221 |

Apresentação

A ideia desta publicação nasceu no ano de 2014, do trabalho de três professores brasileiros no Departamento de Estudos Brasileiros da Hankuk University of Foreign Studies (Coreia do Sul). Ao se depararem com um cenário que, por um lado, apresentava uma demanda e motivação maior por parte do corpo discente do que o esperado, mas que, por outro, se constituía em desafios até então ignorados ou pouco divulgados, constataram a necessidade de divulgar e debater o trabalho de brasileiros nas universidades coreanas.

Essa ideia ganhou maior corpo a partir dos debates e contatos estabelecidos no IV Congresso Internacional da AILP (Associação Internacional de Linguística do Português), promovido pela Universidade de Macau, em dezembro de 2014. Com a presença de professores de Brasil, Portugal e diversos países asiáticos, notou-se que muitas das dificuldades vivenciadas na Coreia do Sul eram, igualmente, parte do cotidiano de professores na China, no Japão, na Tailândia, entre outros países. Assim, constatou-se a necessidade de ampliar tal projeto e de levar à luz os trabalhos de alguns dos inúmeros brasileiros que aceitam o desafio de ensinar nossa língua, cultura, literatura e nossas artes pelo extenso continente asiático.

Esta publicação, de certo modo pioneira no que se refere a dar voz aos professores brasileiros radicados na Ásia, objetiva fornecer um panorama dos trabalhos desenvolvidos e dos desafios encontrados por aqueles que na Ásia lecionam. Por isso, nem todos os textos se configuram como uma publicação inédita. Entretanto, este volume tem o mérito de reunir, em uma mesma publicação, diversas vozes que, até este momento, falavam isoladas.

Alguns textos possuem caráter mais próximo do “contexto de ensino e aprendizagem”, enfatizando relatos de experiências vividas e funcionamento das estruturas curriculares nas instituições asiáticas, enquanto outros apresentam pesquisas e estudos formais, contemplando, majoritariamente, mas não somente, a área de Letras. A maior parte dos textos versa sobre o ensino de língua, o que levaria a encaixá-los na subárea de Linguística Aplicada, mas outras subáreas como Literatura e Cultura são igualmente contempladas e debatidas.

LEE, Kwang-Yoon; PARK, Won-Bok. *브라질 文學史* (História da Literatura Brasileira). Busan: BUFS Press, 1998.

LIM, Sora. 바스콘셀로스 문학의 서사성 재고(再考): 『나의 라임 오렌지 나무』를 중심으로 (Reconsideração da narratividade da literatura de Vasconcelos: “O meu pé de laranja lima” em foco). *Latin-American Studies (LAS)*, Seul, ILAS-HUFS, n. 3, p. 59-82, 2012.

PARK, Sang Yong. 교보문고 1981~2000년 종합 베스트셀러 5위 (5 primeiros best-sellers da Kyobo Book Centre do ano de 1981 a 2000). Disponível em: <<http://www.librarian.co.kr>>. Acesso em: 1º Maio 2015.

RETO, L. A.; MACHADO, F. L.; ESPERANÇA, J. P. *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda e Instituto Camões, 2016.

TADAKORO, Kiyokatsu. Aceitação da literatura brasileira no Japão. In: ARAÚJO, Gabriel Antunes; AIRES, Pedro (Org.). *A Língua Portuguesa no Japão*. São Paulo: Paulistana, 2008. p. 45-50.

TAN, Teri. *Facts and numbers on the Korean Book Market: digital publishing in Korea, 2014* (Fatos e Números do Mercado de livros coreanos: publicação digital na Coreia em 2014). Disponível em: <<http://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/digital/content-and-e-books/article/61577-facts-and-numbers-on-the-korean-book-market-digital-publishing-in-korea-2014.html>>. Acesso em: 9 Jan. 2014.

VASCONCELOS, José Mauro de. *O meu pé de laranja lima*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

4

Políticas Linguística e Externa Chinesa: O Caso do PLE¹

Julio Reis Jatobá²

O ensino de línguas na República Popular da China³ tem causado um forte impacto educacional e social desde a sua instituição em 1949. A decisão do putonghua (língua comum, em tradução literal; conhecido também como mandarim) como única língua oficial (1956) trouxe a contingência da resolução do acesso à literacia e à problemática definição e mapeamento da diversidade linguística na China. Desde a China pós-imperial (1911/1912), políticas linguísticas tiveram de ser criadas para atender sobretudo a três grandes questões: a standardização do mandarim como língua oficial, a promoção do inglês como principal LE e o tratamento dado às línguas minoritárias.

Desta maneira, para compreendermos melhor algumas das políticas que regem o ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras

¹ Este capítulo é uma revisão e atualização de uma pesquisa iniciada em 2013 e publicada originalmente em JATOBÁ, J. R. Políticas linguística e externa chinesa: um breve panorama do ensino de LEs e do PLE na China. *Revista SIPLE*, n.8. , 2015.

² Universidade de Macau.

³ Apesar de reconhecermos a influência positiva de Macau (RAEM) na promoção da LP na China continental, este capítulo foca-se estritamente em dados sobre o ensino de PLE e LEs na China Continental, portanto não será considerado o contexto de ensino e promoção da LP em Macau, Hong Kong e Taiwan. Assim, ao referir-se à China, infere-se tratar-se exclusivamente da China Continental. China, China Continental ou China Interior são termos intercambiáveis neste capítulo para República Popular da China.

(LEs) na China, é importante, antes de mais nada, analisarmos o histórico do ensino de LEs e como o governo central tem definido o planejamento e políticas de língua do país. Neste intuito, e para alcançarmos o objetivo deste capítulo, faz-se necessário inteirar-nos sobre histórico do ensino de LE nos séculos XX e XXI para podermos refletir melhor sobre como a política externa adotada pela China e as políticas linguísticas para o ensino de línguas na China contribuem para a vertiginosa expansão do ensino universitário do PLE no território chinês.

Breve histórico do ensino de línguas na China

Desde a fundação da República da China em 1912 até à vitória dos comunistas em 1949, o ensino de línguas estrangeiras na China é caracterizado por uma descontinuidade (ROSS, 1992 *apud* XIAYU, 2012). Em 1914, o inglês foi declarado pelo Ministério da Educação da China como a língua mais importante na maioria das regiões da China, mas a instabilidade política em que a China estava imersa naquele período não contribuiu para o desenvolvimento de políticas consistentes e efetivas para o ensino de inglês ou outras LEs. Porém, apesar de nos interessar nesta pesquisa a China moderna, é interessante notar que as raízes do ensino de línguas estrangeiras na China – no caso o inglês – tiveram seus primeiros passos no fim da Dinastia Qing (meados de 1800 até 1911), cujo tratamento dado pelo império às LEs era que *línguas deveriam ser ensinadas dissociadas de quaisquer implicações culturais e ideológicas, sobre o patrocínio e estrita supervisão do Estado*⁴ (LIN, 2011, p. 256).

Nessa época, o estatuto do ensino de LE estava associado ao utilitarismo do ensino do inglês, sendo a diretriz oficial do governo *conhecimentos chineses como a base e conhecimento ocidental para a utilidade* (中学为体、西学为用) (Cf. LIN, 2011, p. 256). A fase final da Dinastia Qing foi marcada por relações diplomáticas mais institucionalizadas entre a China e o Ocidente, pois com os

⁴ *languages were to be learnt divorced from any cultural and ideological implications, under state sponsorship and strict state supervision.*

acontecimentos passados no século XIX e para integrar-se e adaptar-se à nova ordem mundial, a China viu-se obrigada a revisar suas visões *Sino-centric, Geographical Self-centredness* e *Civilizational Self-centredness* (ZHANG; XU, 2007, p.412, itálicos nossos), cuja política para assuntos estrangeiros foi um indicativo de mudança nas ideias e valores tradicionais da Dinastia Qing e deu um grande impulso para a revisão na política xenófoba da Dinastia (*ibid.*, p. 427).

Apesar de na Dinastia Qing já haver um posicionamento do governo para o ensino de línguas, foi apenas após a fundação da República Popular da China, em 1949, que políticas específicas para as LEs e línguas minoritárias tiveram de ser mais explícitas para se alinharem à proposta ideológica do novo governo chinês. No começo da década de 50, e por questões que concernem à ideologia proposta pela revolução, o russo passou a ter um grande destaque na educação chinesa, tornando-se a LE mais importante, posto até então historicamente ocupado pelo inglês.

Porém, porque os chineses viam-se insatisfeitos com o tratamento que a União Soviética dava à China, o inglês voltou a ocupar espaço de destaque no ensino de LEs e teve um crescimento em importância estratégica (FU, 1986; MAO; MIN, 2004; LAM, 2005), pois *o sonho de achar um aliado na União Soviética foi despedaçado pela União Soviética não ter tratado a China como igual e não ter fornecido ajuda como havia prometido*⁵ (LYNCH, 1998, p. 115).

Assim, no final dos anos 50 e começo dos 60 do século XX, a China começou a pensar no ensino do inglês como uma possibilidade de participar mais ativamente do cenário mundial e promover o desenvolvimento interno, o que se alinhava também a proposta de aproximar-se ao Ocidente. Porém, quando a China parecia mostrar-se pronta para estabelecer laços com o Ocidente, os eventos desencadeados na segunda metade da década de 60 culminaram na Revolução Cultural (RC), um período “lastimável” da China moderna (LAM, 2005, p. 3).

⁵ “[t]he dream of finding an ally in the Soviet Union was soon shattered because the Soviet Union did not treat China as an equal and did not provide the aid in the manner as promised”

O período da Revolução Cultural, 1966 a 1976, foi um momento extremamente negativo para a educação, não sendo um tempo propício para nada estrangeiro, especialmente línguas estrangeiras (MAGNER, 1974, p. 385). Este período da história chinesa foi caracterizado pela perseguição aos intelectuais e burgueses e por um forte sentimento nacionalista e, conseqüentemente, xenófobo. Esta xenofobia estendeu-se, também, ao ensino de línguas estrangeiras. Nesta época, a ideologia estatal manifestava-se, entre vários subterfúgios, por meio da difusão de slogans antilíngua estrangeiras, por exemplo, “é possível fazer a revolução, mesmo sem aprender ABC”⁶.

Sobre a situação do ensino durante a Revolução Cultural, de acordo com Lam (2005, p. 6), o maior impacto foi sentido na educação superior, na qual pesquisas foram desencorajadas e universidades foram fechadas. Mao Zedong apostou na *reeducação* dos estudantes para formar novos revolucionários a serviço da Revolução, e tal estratégia causou uma enorme desestabilização na hierarquia educacional e social, pois os estudantes poderiam derrubar seus professores e outras pessoas no poder através de suas denúncias e críticas (Idem, p. 3). Moffett e Colledge (1983, p. 13) nos descrevem o sombrio ambiente escolar durante a revolução cultural:

As instalações físicas das escolas e universidades já não estavam adequadamente mantidas, alguns edifícios foram convertidos em prisões para os "contra-revolucionários". Livros, instrumentos e equipamentos foram brutalmente destruídos. Pesquisas foram paralisadas. Formação de professores de língua estrangeira, juntamente com a de muitas outras disciplinas, foi abolida.⁷

⁶ Slogan original: “不学 ABC, 照样干革命” (*bùxué ABC, zhàoyàng gān géming*). Estudar o “ABC” é um termo que se refere ao ensino/aprendizagem de LE.

⁷ *The physical facilities of schools and universities were no longer properly maintained, some buildings having been converted into prisons for the “counter-revolutionary” faculty. Books, instruments, and equipment were wantonly destroyed. Research came to a standstill. Foreign language teacher training, along with that in many other disciplines, was abolished.*

Porém, na segunda metade da Revolução Cultural, entre 1971 e 1972, com as novas diretrizes tomadas pelo comitê do Partido Comunista Chinês, o rumo da situação do ensino de línguas estrangeiras começou a sair do caos e das ruínas (MAO; MIN, 2004, p. 324), sendo alguns institutos de línguas estrangeiras reabertos e autorizados a abrir novas turmas e matricular novos estudantes. Porém, os anos de retrocesso no ensino de línguas estrangeiras na China só tiveram seu fim em 1976, ano marcado pela morte de Mao Zedong e pelo fim da Revolução Cultural.

Com o fim da Revolução Cultural, iniciou-se o período da Política de Reforma e Abertura da China (改革开放), dando ao ensino de línguas uma nova esperança e impulso. Depois do retorno do Exame Nacional de Admissão ao Ensino Superior em 1977, a maioria das universidades retomou efetivamente suas atividades (1978) e, neste mesmo íterim, Deng Xiaoping anunciou as quatro bases para a modernização da China (Agricultura, Indústria, Defesa Nacional e Ciência e Tecnologia)⁸.

A fim de modernizar o sistema educacional e retomar os laços de cooperação internacional, especialistas estrangeiros foram convidados para trabalhar na China, e estudantes e professores foram enviados a universidades estrangeiras. É interessante notar que, apesar das experiências traumáticas da Revolução Cultural e de outros movimentos políticos com os elementos anti-ocidentais, os chineses adotaram, com dedicação, o estudo do inglês – e outras LEs – nas últimas décadas, (cf. ADAMSON, 2004; XIA, 2012).

Ross (1992) argumenta que o ensino de LE na China moderna tem sido marcado por uma *descontinuidade*, mas o que percebemos pelos eventos históricos do século passado é que desde a fundação da República Popular da China (1949) tem havido um crescente esforço para a implementação do ensino de LE. Esta *descontinuidade* no ensino de LE refere-se, sobretudo, à lacuna criada pelos anos da Revolução

⁸ Anúncio realizado em ocasião do 3º Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China (中共十一届三中全会), em 1978.

Cultural. Assim, podemos dividir o ensino de LE na China moderna em três grandes períodos (*antes, durante e depois da Revolução cultural*) e, apesar das especificidades concernentes a cada um destes períodos, o que notamos é que apenas durante a Revolução Cultural não houve desenvolvimento e fomento à promoção de LEs na China.

Tabela 4.1 - Fases do ensino de LEs na República Popular da China

| Período Histórico | Fase do ensino de Língua Estrangeira | Anos |
|------------------------------|--|----------------------|
| Antes da Revolução Cultural | Promoção do russo em relação ao inglês | Começo dos anos 1950 |
| | Movimento de retorno ao inglês | 1957-1965 |
| Durante a Revolução Cultural | Repúdio ao ensino/aprendizagem de Les | 1966-1970 |
| | Inglês para renovar laços com o Ocidente | 1971-1976 |
| Depois da Revolução Cultural | Inglês para modernização | 1977-1990 |
| | Inglês para status internacional | Desde 1991 |

Fonte: Adaptado de LAM, 2005, p. 73.

Além de levar em conta o histórico do ensino de LEs na China é importante percebemos o ambiente linguístico interno da China, pois como ressalta Lam (2005, p. 18):

Em nível individual, a experiência linguística dos alunos na China certamente não é linguisticamente discreta; cada aluno tende a ser exposto a mais de um idioma ou dialeto. Portanto, uma abordagem multilíngue é absolutamente essencial para uma apreciação das realidades do ensino de línguas na China.⁹

Feitas essas breves considerações sobre o histórico de ensino de línguas estrangeiras na China, passemos a tratar, mais especificamente, a atual situação do ensino de línguas estrangeiras na China.

⁹ At the individual level, the language experience of learners in China is certainly not linguistically discrete; each learner tends to be exposed to more than one language or more than one dialect. Hence, a multilingual approach is quite essential for an appreciation of the realities of language education in China.

LEs no sistema educacional chinês

LE nos ensinos primário e secundário

O ensino primário chinês é caracterizado pelas 6 primeiras séries dos 9 anos da educação compulsória¹⁰. A educação compulsória na China é gratuita, sendo cobrada apenas uma espécie de taxa de administração escolar (学杂费 *xuezafei*).

Segundo dados do Ministério da Educação Chinês¹¹, na fase da educação compulsória os alunos devem ter uma carga horária de estudo de línguas (nacional e estrangeira) equivalente a aproximadamente 30% da carga total, sendo entre 20% e 22% da carga horária escolar total para o *putonghua*, e entre 6% e 8% para o ensino de língua estrangeira.

Segundo o currículo apresentado pelo Ministério da Educação Chinês¹², a disciplina de língua estrangeira deve começar a ser ensinada a partir do 3º ano do ensino primário, mas é cada vez mais comum as escolas começarem a ensinar LE¹³ logo no primeiro ano do ensino primário ou até mesmo nas fases de pré-escola e jardim de infância. Isso se dá, entre outros motivos, pela pressão dos pais e como uma artimanha das escolas para “atrair” matrículas de fora¹⁴.

O ensino secundário tem duração de 6 anos e é dividido em dois ciclos. O primeiro ciclo, designado *chuzhong* (初级中学 – ensino secundário básico, em tradução literal), tem duração de três anos e é

¹⁰ Cf. *Compulsory Education Law of the People's Republic of China*.

<http://www.moe.gov.cn/publicfiles/business/htmlfiles/moe/moe_2803/200907/49979.html>

¹¹ Disponível em <http://www.moe.gov.cn/publicfiles/business/htmlfiles/moe/moe_711/201006/xxgk_88602.html>. Acesso em: 19 nov. 2015.

¹² Idem.

¹³ Atualmente o inglês, ainda que algumas escolas ofereçam outras línguas como opção.

¹⁴ O ensino compulsório na China é gratuito, porém a matrícula dos alunos deve ser registrada em escolas que estejam no mesmo bairro/distrito do registro de habitação dos pais (*hukou* 户口). Porém, é fato comum que as escolas em bairros/distritos mais desenvolvidos tenham uma melhor reputação e melhores condições de preparo para o exame nacional de admissão no ensino superior (*gaokao* 高考). Assim, não residentes nesses distritos poderão, em alguns casos e mediante o pagamento de uma taxa (门槛费 ou 择校费), matricular-se nessas escolas, mesmo que não tenham obtido a nota mínima nos exames de admissão ou tenham um *hukou* fora da área de abrangência dessas escolas.

equivalente às três séries finais do ensino compulsório. O segundo ciclo, designado *gaozhong* (高级中学 – ensino secundário superior, em tradução literal), tem três anos de duração. O primeiro ano é comum a todos os alunos, mas a partir do segundo ano os alunos devem escolher em que área vão seguir: *like* (理科, exatas) ou *wenke* (文科, humanidades).

É importante destacar que a escolha entre ciências exatas ou humanas tem grande peso na preparação do vestibular. Há uma predileção dos alunos em escolherem as ciências exatas como curso principal durante a fase final do ensino secundário. Geralmente, a maioria dos alunos de graduação em LE foram alunos de humanidades durante o ensino médio.

Portanto, a experiência obrigatória em aprendizagem de LE durante os ensinos primário e secundário é de pelo menos 10 anos, sendo cada vez mais comum escolas que ofereçam 12 anos de ensino em LE. Além dos 12 anos de ensino primário e secundário, é comum que os alunos tenham aprendido inglês durante o jardim-de-infância e pré-escola, o que pode totalizar 15/16 anos de ensino de LE antes de ingressarem na universidade.

LE no ensino universitário

O ensino universitário de LE na China é bastante difundido, e os alunos estão divididos em dois grandes grupos majoritários, a saber: i) alunos com alguma LE como graduação e ii) graduandos de outros cursos que tenham uma LE como disciplina obrigatória (no caso, o inglês) ou uma segunda LE optativa.

LE como disciplina obrigatória ou optativa

O ensino de inglês é obrigatório para os estudantes universitários e tem duração média de 2 semestres (com carga horária semanal de 160 minutos). Em alguns cursos de graduação, os alunos além de estudarem inglês como disciplina obrigatória podem,

eventualmente, escolher outra LE, mas neste caso ela será considerada uma disciplina optativa.

Muitas universidades têm exigido o *Exame Nacional de Proficiência em Inglês para Universitários* (CET) para liberar o diploma de algumas graduações. Além disso, vem crescendo o número de empresas que exigem para recém-formados comprovação de proficiência em inglês (CET4 ou CET6), mesmo que o trabalho não exija o uso de inglês. Para os alunos de inglês como graduação há exigência de um exame de proficiência específico (英语专业四级考试、八级考试, TEM-4, TEM-8)

LE como graduação

As graduações em LE na China têm a duração média de 4 anos e, geralmente, os dois primeiros anos são dedicados ao ensino da chamada parte de conhecimentos básicos da língua (fonética, gramática, audição e conversação básica) e os dois últimos são dedicados às disciplinas específicas ou avançadas, como História e Cultura, Literatura, Redação Técnica, Redação Oficial, Tradução e Interpretação. Muitas graduações em língua estrangeira adotam o sistema 3+1, no qual os estudantes realizam três anos de estudos na China e um ano de intercâmbio acadêmico no país da língua-alvo.

Para os alunos graduandos em LE, a escolha de uma segunda língua estrangeira (二外 *erwai*) é obrigatória. Em muitos casos, os alunos de algumas graduações em língua estrangeira podem habilitar-se para conseguir diploma em uma segunda língua, geralmente o inglês.

É interessante notar que a maioria das graduações em LE objetiva formar profissionais de línguas para o mercado chinês, por isso, a não ser o caso do inglês, raros são os cursos que oferecem disciplinas de pedagogia e metodologia para ensino/aprendizagem de LE. Assim, grande parte dos professores universitários de línguas não tiveram nenhuma formação pedagógica para o ensino de línguas estrangeiras ou disciplinas de linguística durante a graduação.

Português como graduação universitária

Apesar da longa história das relações entre Portugal e China via Macau, o ensino e difusão da língua portuguesa na China ainda é considerado recente. A primeira graduação em língua portuguesa foi aberta no início dos anos 1960 e até 2003 só havia 3 universidades na China a oferecê-la.

Após 2003, com a criação em Macau do Fórum para Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP), devido à ascensão do bloco do BRICS e ao aumento das trocas comerciais entre China e PLP, o português passou, em pouco mais de 10 anos, a ser ensinado em mais de 30 universidades, sendo pelo menos 20 como cursos de graduação. Este fenômeno nunca antes registrado tem sido descrito por estudiosos da língua portuguesa na China como a “erupção vulcânica” do português na China (LI, 2015, p. 55).

Para entendermos melhor a situação da LP na China, apresentaremos, nos tópicos seguintes, um breve histórico do ensino universitário de LP na China e as expectativas de emprego para os profissionais especializados em língua portuguesa no território chinês.

Breve histórico do ensino universitário de LP na China

O ensino universitário de LP na China teve seu início em 1960 com a abertura do primeiro curso de licenciatura em Língua e Cultura Portuguesa no Instituto de Radiodifusão de Pequim (atual Universidade de Comunicação da China). As origens do Instituto de Radiodifusão de Pequim remontam ao ano de 1959, pois, naquela época o Partido Comunista Chinês começava a adotar uma política externa independente em relação ao Partido Comunista da União Soviética. O desejo de uma política externa livre em relação à União Soviética deu-se, sobretudo, pelas latentes divergências entre o Partido Comunista da União Soviética e o Partido Comunista Chinês e devido à China não se

mostrar satisfeita com o tratamento que esperava receber da então União Soviética.

As divergências entre os partidos comunistas da China e da União Soviética tornaram-se abertas em 1960, quando ocorreu a retirada de especialistas e técnicos russos que trabalhavam na China; tal fato desencadeou uma emergente necessidade da China reforçar a formação de intérpretes e tradutores em outras línguas estrangeiras, pois até então a comunicação com os partidos comunistas de outros países era feita em sua maioria via intérpretes de russo, inglês ou espanhol (LI, 2012).

Por tais motivos, deu-se a necessidade de abrir um curso específico em língua portuguesa, pois, apesar de Brasil e Portugal não manterem relações diplomáticas com a China naquele momento, crescia a necessidade de contatos diretos entre o Partido Comunista Chinês e os partidos comunistas do Brasil e Portugal. Além disso, a China mostrava-se interessada pelos países de “Terceiro Mundo” africanos. Sobre o interesse do governo chinês acerca dos países de LP, Li (2012, p. 39) afirma:

Segundo a teoria de “três mundos” de Mao, Portugal pertence ao “segundo mundo”. Entretanto, um dos importantes trabalhos na política externa do governo chinês daquela altura era apoiar os países e povos oprimidos e explorados, e a maior parte dos países de expressão portuguesa eram países africanos que não obtiveram a independência; por isso, o primeiro curso de licenciatura em língua portuguesa foi estabelecido no IRB¹⁵.

A segunda universidade a abrir um curso em português foi a Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (UEEB), famosa na China por sua longa história e por formar importantes diplomatas. A UEEB, segundo a teoria dos três mundos de Mao Zedong, deveria ser responsável pelo ensino das línguas mais tradicionais do mundo, incluindo russo e inglês. O curso de português da UEEB foi aberto em

¹⁵ Nota nossa. IRB, Instituto de Radiodifusão de Pequim, na época era a universidade responsável por ensinar as línguas do “terceiro mundo”.

1960, em princípio como um curso intensivo de LP, tornando-se uma graduação somente no ano de 1961.

Os primeiros anos da década de 60 foram muito importantes para a LP na China, porém na segunda metade dos anos 60 deu-se a Revolução Cultural, sendo o IRB acusado de ser contrário à Revolução. Em tais circunstâncias, durante os primeiros anos da Revolução Cultural, os cursos do IRB e da UEEB foram suspensos, sendo o curso de LP da UEEB retomado em 1973, com o ingresso dos *melhores operários, camponeses e soldados* (LI, 2012). O IRB retomou suas atividades somente em 2000.

Ao fim da Revolução Cultural, o governo chinês reestabeleceu o *exame nacional de admissão ao ensino superior (gaokao)* e o UEEB passou a admitir novamente estudantes via *exame nacional de admissão*. Em 1977, a Universidade de Estudos Internacionais de Xangai, tradicional universidade no ensino de línguas estrangeiras, abriu sua graduação em LP.

Desde então, os contatos com os PLP têm sido cada vez mais constantes e após a retomada das relações diplomáticas com o Brasil (1974) e Portugal (1979), a expansão do ensino de português na China tem ocorrido progressivamente e vem sendo influenciada pelas trocas comerciais entre China e os PLP. Como veremos adiante, este crescimento é estimulado, principalmente, pelo grande interesse da China nos Países Africanos de Língua Oficial Português (PALOP) e pela política chinesa de internacionalização de suas empresas públicas e privadas lançada em 2002, estratégia que vem sendo chamada de *going global strategy* (ALVES; SALDANHA, 2007, p. 182-183).

Outro ponto importante para nossa análise refere-se ao crescimento da oferta de graduações em LP e ao mercado para falantes de língua portuguesa na China. Para isso, passaremos nas seguintes subseções a abordar este tema.

Crescimento da oferta de PLE na China continental

Como vimos, até 2003 só havia três cursos de LP superiores na China. Porém, o que vemos é que a LP tem tido um crescimento vertiginoso, e esta procura é reflexo das políticas externas chinesas em relação aos PLP e o crescimento das trocas comerciais entre China e PLP, com destaque especial para as trocas comerciais entre Brasil e China e o interesse chinês nos PALOP.

Tabela 4.2 - Universidade e Institutos Superiores que oferecem graduação ou cursos optativos de LP

| Ano de criação do curso em LP | Nome da Universidade ou Instituto Superior de Ensino | Total de cursos na China |
|-------------------------------|--|--------------------------|
| 1960 | Univ. da Comunicação da China (antigo IRB) | 1 |
| 1961 | Univ. dos Estudos Estr. de Pequim (antigo ILEB) | 2 |
| 1977 | Univ. dos Estudos Internacionais de Xangai | 3 |
| 2005 | Univ. dos Estudos Internacionais de Pequim | 6 |
| | Univ. dos Estudos Estrangeiros de Tianjin | |
| | Univ. da Comunicação da China (<i>campus</i> Nanjing) | |
| 2006 | Univ. Sun Yat-sen | 7 |
| 2007 | Univ. de Pequim | 9 |
| | Univ. dos Estudos Internacionais de Xi'an | |
| 2008 | Univ. de Estudos Estrangeiros de Guangdong | 13 |
| | Univ. dos Estudos Internacionais de Dalian | |
| | Univ. Normal de Harbin | |
| | Instituto Huaqiao das Línguas Estrangeiras de Jilin | |
| 2009 | Hunan College of Foreign Studies | 17 |
| | Shijiazhuang Voc. College of foreign lang. transl. | |
| | Univ. dos Negócios Internacionais (UIBE) | |
| | Univ. Hubei | |
| 2011 | Univ. de Língua e Cultura de Pequim (BLCU) | 18 |

Continua...

Tabela 4.2 - Cont.

| Ano de criação do curso em LP | Nome da Universidade ou Instituto Superior de Ensino | Total de cursos na China |
|-------------------------------|--|--------------------------|
| 2012/2013 | Jiangxi College of Foreign Studies ✓ | 27 |
| | Univ. Jiaotong de Pequim ✓ | |
| | Univ. Jiaotong de Lanzhou ✓ | |
| | Univ. de Estudos Internacionais de Sichuan ✓ | |
| | Beijing City University ✓ | |
| | Hebei Institute of Communications ✓ | |
| | Hainan Foreign Lang. College of Prof. Educ. ✓ | |
| | Univ. de Estudos Internacionais de Zhejiang ✓ | |
| | Univ. Fudan ✓ | |
| 2014/2016 | Univ. Normal de Sichuan ✓ | 34 |
| | Hebei Foreign Studies University ✓ | |
| | Univ. de Shandong ✓ | |
| | Universidade Normal de Fujian (Fuzhou) ✓ | |
| | Universidade Normal de Pequim ✓ | |
| | Universidade Normal de Hebei ✓ | |
| 2017 | South China Busines College ✓ | 35 |
| | Universidade de Nankai ✓ | |

Portanto, podemos observar que os cursos de LP têm crescido desde 2005 e, por causa da busca de profissionais os professores de LP dos novos cursos são em grande parte jovens e recém-formados e, provavelmente, graduados nas três primeiras universidades citadas na tabela 2. Das universidades citadas na tabela 2, apenas duas têm curso de mestrado em LP, a Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim e a Universidade de Estudos Estrangeiros de Xangai. A Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong prepara-se para abrir um programa de mestrado em parceria com a Universidade de Coimbra.

Mercado para falantes de LP na China

Há uma demanda por profissionais especializados em língua portuguesa na China. Os alunos formados em LP na China têm uma vasta possibilidade de atuação profissional¹⁶. Entre algumas possibilidades, os alunos trabalham em empresas estatais com atuação nos PLP, seguem carreira diplomática, trabalham como tradutores de empresas, são funcionários de bancos e empresas privadas com atuação nos PLP ou tornam-se professores. É destacável o crescente número de alunos dispostos a seguir os estudos de LP em programas de mestrado.

Por ainda existir uma demanda de profissionais especializados em LP, é comum que os recém-formados tenham mais facilidade em buscar emprego em relação aos profissionais formados em outras línguas tradicionais, como o inglês e espanhol. Além disso, é comum que o salário inicial seja um pouco superior em relação a esses outros profissionais. Porém, com a abertura crescente de novos cursos superiores de LP, cogita-se que a demanda de profissionais no mercado se estagnar ou, em um quadro mais pessimista, decrescerá, diminuindo a atual vantagem que os recém-formados em LP parecem ter sobre recém-formados em outras línguas estrangeiras.

Políticas Linguísticas para LEs e Política Externa Chinesa

Políticas Linguísticas para LEs

O ensino de línguas estrangeiras sempre esteve diretamente relacionado com os interesses da política externa chinesa e, apesar de,

¹⁶ De acordo com um breve levantamento sobre a empregabilidade de finalistas e recém graduados de LP de seis universidades da China (Li, 2014), há uma tendência para que salários iniciais de profissionais de LP sejam um pouco maiores que de profissionais de outras línguas. Há ainda uma tendência para que alunos de Pequim ocupem os postos mais cobiçados (serviço público, diplomacia e grandes empresas multinacionais), ao passo que formados em outras localidades trabalhem em pequenas e médias empresas chinesas.

nas últimas décadas, o governo chinês salientar o ensino de LEs como parte essencial para a modernização e desenvolvimento da China, as decisões sobre as políticas linguísticas escapam aos interesses e necessidades de setores da sociedade, como empresas, organizações e instituições, com exigência de língua estrangeira para seus funcionários (LIN, 2011).

Lin (2011, p. 248), a respeito das Políticas para Línguas Estrangeiras da China, argumenta que, apesar dessas políticas não serem ainda profundamente estudadas, pode-se dizer que políticas linguísticas são um produto das ideologias do Estado, e elas são informadas por uma interação do Estado com os vários atores acima e abaixo dos níveis do estado em um sistema-mundial moderno integrado¹⁷. Ainda para Lin (2011, p. 246), este sistema mundial moderno, baseando-se na perspectiva de Wallerstein (1974, 1989, 2004), tem como prioridade a acumulação de capital que, por sua vez, cria pontos de desequilíbrio e competição de forças no próprio Estado, produzindo uma hierarquia que se orienta e concentra do núcleo para a semiperiferia e periferias. Para Hu (2007, p. 370), a viabilidade das políticas para LE na China tem sido posta em cheque, pois suas aplicações têm sido impostas sem quaisquer considerações sobre seus reais impactos nas escolas e alunos.

As ideologias do governo estariam, assim, refletidas nas Políticas para Línguas Estrangeiras da China não somente como afirma Lin (2011, p. 245), mas também como

(...) uma maneira pela qual o Estado ganha consentimento, mantém a governança cultural e exerce hegemonia internamente, mas, também, mostra os traços da força combinada dos atores dominantes estando de cima como para baixo nos níveis do Estado.¹⁸

¹⁷ and they are informed by the state's interaction with various actors both above and below state levels in the integrated modern world-system

¹⁸ (...) a way by which the state gains consent, maintains cultural governance, and exerts hegemony internally, but also shows the traces of the combined force of the dominant actors both from above to below state levels.

Essas ideologias implícitas tenderiam a ser percebidas como *naturais* (FAIRCLOUGH, 1989), o que na perspectiva de Blommaert (2008) seria definido como *ideological hegemony*, ou para Bordieu (1991) o *symbolic power*, passando o discurso *ideológico* do governo chinês a ser percebido como *não ideológico*.

Política Externa Chinesa

A partir de 2001, com a entrada na China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e com maior atenção chinesa ao cenário mundial, a política externa do país passou a dar ainda mais importância e atenção ao ensino de línguas estrangeiras (HU G., 2005; HU Y., 2007; LIN, 2011). Até então, o governo chinês dava atenção especial ao ensino da língua inglesa como uma das principais disciplinas do ensino secundário, ao lado de matemática e língua nacional. A ênfase dada ao inglês nas políticas chinesas para educação em LE era, segundo Lin (2011, p. 260), percebida pela população com uma ausência de resistência ideológica corroborada pela percepção popular de que a ênfase dada ao ensino do inglês é benéfica e vantajosa, tanto a nível pessoal e individual como a nível nacional. Ou seja, como tratamos na subseção anterior, as ideologias do governo, no que diz respeito LE, passaram a serem percebidas como não ideológicas ou como *ideological hegemony* (BLOMMAERT, 2008).

Porém, recentemente o governo chinês tem demonstrado reconsiderar suas políticas para o ensino de LE e sinalizado por meio de suas recentes decisões e ações, a progressiva diminuição da ênfase dada ao inglês nos exames de admissão ao ensino superior. Contudo, isto não significa o enfraquecimento do *status* da língua inglesa na China; ao contrário, o inglês continua a ser um dos instrumentos que a China adota para promover sua internacionalização e globalizar-se, sendo, aos olhos do governo chinês, inquestionável a sua supremacia como língua global e internacional (LIN, 2011, p. 260). Salientamos que além dos trabalhos de Hu (2007, 2008) e Feng (2009), ainda não há muitos estudos ou referências sobre esta aparente mudança de política

linguística em relação ao inglês, mas em relação ao que essas tomadas de ações sugerem, o interesse do governo é justamente aprimorar o sistema de aferição de proficiência em língua inglesa.

No que diz respeito ao interesse da política externa chinesa por outras LEs, destacamos, entre vários motivos, o interesse chinês em internacionalizar suas empresas públicas e privadas. Porém, além desse interesse comercial há também um interesse político da China em relação à expansão de influência diplomática através de seu *soft power*¹⁹. Este interesse de exercer influência política não é recente e remonta aos tempos da Guerra Fria, período no qual a China já demonstrava interesse político sobre a África como parte da estratégia de seu posicionamento internacional, dando à África e a países em desenvolvimento apoio e suporte para atuar internacionalmente como *o protetor dos interesses comuns dos países em desenvolvimento e como o agente de uma nova ordem econômica internacional mais justa*²⁰ (SALDANHA; ALVES, 2011, p. 193).

Em relação aos PLP e PALOP, Saldanha e Alves (2011) observam que os interesses da China pelos PLP não se restringem apenas ao Brasil, um de seus maiores parceiros comerciais e PLP com o maior número de falantes de português, ou Portugal, uma porta para a China na União Europeia, mas, sim:

O que realmente importa, de fato, é que os PALOP e Timor Leste, apesar de suas pequenas populações e economias quebradas, representam um grande conjunto de recursos naturais a serem explorados desde a pesca, agricultura, silvicultura e turismo até o gás natural, carvão, mineração e petróleo (SALDANHA; ALVES, 2011, p.191)²¹

¹⁹ Termo cunhado por Joseph Nye (2004) para se referir, por exemplo, à estratégia político-econômica em relação a outros países.

²⁰ *the protector of the common interests of developing countries and the agent of a new international economic order hopefully fairer.*

²¹ What does matter are, indeed, the African Portuguese speaking countries and East Timor, because despite their small population and broken economies, they do represent a large pool of under explored natural resources that goes from fisheries, agriculture, forestry and tourism to natural gas, coal, mining and oil.

Como vemos, este interesse pelos PALOP não é meramente político-ideológico, antes tratava-se de um explícito interesse econômico visível no aumento das trocas comerciais e na busca de provedores de matérias-primas. Com este propósito, a China se vale de suas relações históricas com Portugal e tem feito de Macau o ambiente ideal para alcançar este objetivo. Neste aspecto, é altamente relevante a escolha de Macau para sediar o Fórum para Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, criado em 2003 e com reuniões a cada três anos.

Ademais, com o retorno da soberania de Macau à China (1999), o governo central chinês tomou a iniciativa de potencializar a identidade portuguesa daquela região para criar e desenvolver laços com os PLP e, assim, promovê-la como um canal especial e único para catalisar cooperações e investimentos entre PLP e China (ALVES; SALDANHA, 2007).

A ênfase dada a Macau como plataforma entre China e PLP tem refletido também no fomento à língua portuguesa, uma vez que Macau é membro efetivo e apoiante da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), participa da Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP), abriga o Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa (CPCLP) e, em 2003, solicitou *status* de observador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Este último fato é extremamente curioso se levarmos em consideração que durante o domínio português, e apesar de muitos esforços, a China nunca permitiu que Macau fosse membro da CPLP (ALVES; SALDANHA, 2007, p. 190).

Enfim, servindo ao propósito da globalização e internacionalização da China, o governo central chinês tem feito esforços para – além do ensino de inglês a nível primário, secundário e terciário – fomentar o ensino universitário de outras línguas estrangeiras. A respeito disso, é notável o vertiginoso crescimento de instituições superiores de ensino que oferecem graduações ou cursos de português, ocorrendo justamente depois da entrada da China na OMC (2001) e do lançamento oficial em 2002 da política de internacionalização chinesa,

referida como *Going Global Strategy* ou *Go Out Policy* (走出去战略 *zouchuqu zhanlue*), e sua política de *introdução de vantagens de outros países* (引进来 *yinjinlai*)²².

Considerações finais

Buscamos neste capítulo examinar a situação geral do ensino de LEs na China. Para descrever a atual situação do ensino de LE, apresentamos as raízes da educação de LE na China moderna a partir da fundação da China pós-imperial (1912), além de uma breve linha histórica desde a fundação da República Popular da China (1949), passando por momentos delicados como a Revolução Cultural, para que pudéssemos, em um segundo momento deste capítulo, apresentar como o ensino de LEs são tratadas na educação primária, secundária e universitária.

Buscamos tratar especificamente sobre o histórico e crescimento do ensino da língua portuguesa na China. Pusemos nossa atenção ao crescimento vertiginoso da língua portuguesa para sustentarmos o argumento de que parte deste crescimento é fruto de uma estratégia da política externa chinesa.

Em resumo, conjecturamos que este crescimento da língua portuguesa na China é uma sinalização de dois desejos. O primeiro é o interesse da política externa chinesa para os PLP, com foco especial nos PALOP, na qual a China procura aliar seu *soft power* a um desejo de galgar posição de mais destaque e influência no cenário político internacional. Segundo, a China segue a tendência mundial de criação de blocos transnacionais multipolarizados baseados, sobretudo, no interesse em incrementar suas trocas comerciais e de ampliar mercados consumidores.

²² *Yinjinlai* (引进来) foi uma política lançada em conjunto à *Going Global Strategy* (走出去战略). Estes termos foram cunhados pelo ex-presidente Jiang Zeming em seu conjunto de políticas lançadas entre 1998 e 2004 para acelerar o crescimento econômico e tecnológico chinês. O termo *Yinjinlai* se refere à política de abertura para importação de tecnologias de ponta e especialistas estrangeiros, ao passo que o termo *zouchuqu zhanlue* significa, literalmente, *estratégia de saída*.

Referências

- ADAMSON, B. **China's english**: a history of english in chinese education. Hong Kong: Hong Kong Univ. Press, 2004.
- ALVES, A.; SALDANHA, A. V. The growing relevance of Africa in Chinese foreign policy: the case of Portuguese Speaking Countries. In: SEABRA, M. P. (Ed.). **A portrait of state-of-the-art research at the technical University of Lisbon**. Springer, 2007.
- BLOMMAERT, J. **Notes on power**. Working paper on language diversity. Jyväskylä: University of Jyväskylä, 2008.
- BOURDIEU, P. **Language and symbolic power**. Harvard: Harvard University Press, 1991.
- CHINA. **Compulsory education law of the people's Republic of China**. Disponível em: <http://www.moe.gov.cn/publicfiles/business/htmlfiles/moe/moe_2803/200907/49979.html>. Acesso em: 12 Mar. 2014.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. Harlow: Longman Group UK Limited, 1989.
- FENG, Anwei. English in China – Convergence and divergence in policy and practice. **AILA Review**, v. 22, p. 85-102, 2000.
- FU, K. **Zhongguo waiyu jianyu shi** [History of foreign language education in China]. Shanghai: Shanghai Foreign Language Education Press, 1986.
- HU, G. W. English language education in China: policies, progress, and problems. **Language Policy**, v. 4, n. 1, p. 5-24, 2005.
- HU, Y. Y. China's foreign language policy on primary English education: what's behind it? **Language Policy**, v. 6, p. 359-376, 2007.
- HU, Y. Y. China's foreign language policy on primary schools. **World Englishes**, v. 27, p. 516-534, 2008.
- LAM, A. S. L. **Language education in China**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2005.
- LI, C. S. Ensino da língua portuguesa na República Popular da China durante a década de 60 do século XX. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE ENSINO NA LP NA CHINA, 1., 2012, Macau. **Atas...** Macau: IP M, 2012.
- LI, C. S. Nova expansão da Língua Portuguesa na China. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE ENSINO NA LP NA CHINA, 1., 2015, Macau. **Atas...** Macau: IPM, 2015.
- LI, D. H. **Análise do Mercado de Trabalho para Profissionais de PLE na China Continental**. 2014. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade de Estudos Estrangeiros de Cantão, Guangzhou, 2014.

- LIN, P. English language ideologies in the Chinese foreign language education policies: a world-system perspective. *Language Policy*, v. 10, p. 245-263, 2011.
- LYNCH, M. *The People's Republic of China Since 1949*. London: Hodder & Stoughton Educational, 1998.
- MAGNER, T. F. The Study of Foreign Languages in China. *The Modern Language Journal*, v.58, n. 8, 1974, p. 384-391.
- MAO, L. M.; MIN, Y. Foreign Language Education in PRC – A brief overview. In: ZHOU, M. L.; SUN, H. K. (Ed.). *Language policy in the people's Republic of China: theory and practice since 1949*. USA: Kluwer, 2004.
- MOFFETT, O. E.; COLLEGE, W. S. State of art of foreign education in people's Republic of China. *Foreign Language Annals*, v. 16, n. 1, p. 13-17, 1983.
- ROSS, H. A. Foreign language education as a barometer of modernization. In: HAYBOE, R. (Ed.). *Education and modernization: the chinese experience*. Oxford: Pergamon, 1992. p. 239-254.
- XIA, Y. *Text memorisation in chinese Foreign Language Education*. Switzerland: Peter Lang, 2012.
- ZHANG, X. M.; XU, C. F. The late qing dynasty diplomatic transformation: analysis from an Ideational perspective. *Chinese Journal of International Politics*, v. 1, p. 405-445, 2007.

5

O “Jeitinho” e o “Guanxi”: Diferenças Culturais entre o Modo Brasileiro e a Forma Chinesa de se Fazer Negócios

Érika Zoeller Vêras¹ e Daniel Bicudo Vêras²

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da cultura nos negócios globalizados, especialmente entre o Brasil e a China. A primeira parte relaciona brevemente os negócios internacionais e a cultura. Em seguida, há um tópico que discute os aspectos culturais ao se fazer negócios com o Brasil, e o seguinte tem como tema negócios com a China. Brasil e China serão analisados através das dimensões de Hofstede (2001), que medem diferenças culturais. Finalmente, a conclusão aponta para o importante papel que a cultura desempenha nos negócios internacionais.

Reeves e Baden (2000, p. 4) definem cultura como os padrões distintos de ideias, crenças e normas que caracterizam o modo de vida e as relações de uma sociedade ou grupo dentro de uma sociedade. Frequentemente, presume-se que esse conjunto de crenças compartilhadas por um grupo seja natural e imutável. A cultura também consiste na soma total dos comportamentos aprendidos e transmitidos de geração a geração, geralmente considerada como a tradição de um povo: padrões explícitos e implícitos, adquiridos e transmitidos por signos e símbolos, constituindo a realização diferenciadora dos grupos humanos.

¹ School of Management, Wuhan University of Technology - China.

² Hubei University – China (2009-2015) / Prefeitura de Santo André – Brasil.